

A MULHER E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO FORMAL

Depoimento apresentado, em 28/04/77, à
COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER,
por GUIOMAR NAMO DE MELLO, pesquisadora da
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, São Paulo.

A presente exposição sobre educação da mulher tem como foco de atenção a educação escolar sistemática. Entretanto, muitas vezes faremos menção à educação em sentido mais amplo — comumente designada por socialização — pois os padrões, valores e estereótipos que nela operam afetam a formação educacional sistemática da mulher.

O que se pretende é esboçar um perfil quantitativo e qualitativo da mulher como educada pelos diferentes graus e ramos de ensino, sem esgotar o assunto, mas procurando levantar os pontos mais importantes e em relação aos quais se poderiam recomendar medidas de caráter prático a médio prazo. Além disso, como a educação — e mais especificamente o magistério — é tarefa tradicionalmente desempenhada por mulheres, dedicaremos também algumas considerações à posição profissional da mulher em nosso sistema de ensino.

1 — A MULHER ENQUANTO EDUCANDA

1.1. Quadro geral

Entraves de ordem preponderantemente econômico-social têm impedido que o princípio segundo o qual a educação é um direito de todos se concretize de maneira plena entre nós. Entretanto a falta de oportunidade para freqüentar a escola, afetou, até há algum tempo, mais à mulher que ao homem, levando a crer que para ela, aos obstáculos materiais, somaram-se outros, de natureza cultural. Essa dupla atuação de fatores econômicos e culturais é fenômeno que ainda ocorre na determinação do destino escolar da mulher, a despeito de sua crescente participação na força de trabalho. O último censo revelou que na população em geral, há mais mulheres que homens analfabetas¹. Para a população adulta de 20 anos ou mais, as diferenças nas proporções de homens e mulheres que sabem ler e escrever são muito acentuadas, o que nos leva a concluir que o sexo, além da condição social, foi um fator determinante da oportunidade de freqüentar escola nessa população.

Todavia essa tendência não só diminuiu como se inverteu, o que se pode verificar nas diferenças de sexo quanto à alfabetização para faixas etárias mais baixas de 5 a 19 anos: a proporção de mulheres alfabetizadas é ligeiramente superior à dos homens. Deve-se portanto reconhecer que cada vez mais as mulheres estão indo à escola. Entretanto convém não esquecer que grande contingente delas chegaram ou ainda chegarão à idade adulta sem o domínio das técnicas fundamentais da leitura e escrita (mais de 30% das mulheres adultas; pouco mais de 20% daquelas que em 1970 tinham de 10 a 19 anos). Se a pro-

fissionalização da mulher educada já é problemática, pode-se ter uma idéia das dificuldades que enfrentam essas mulheres sem qualquer preparo, justamente as que mais necessidade têm do trabalho remunerado. As alternativas que lhes restam são poucas: o trabalho rural, o emprego como domésticas, as atividades do mercado de trabalho informal, e em muitos casos a prostituição, sempre atividades de baixa remuneração e com pouca ou nenhuma proteção social.

Feita essa ressalva e voltando ao fato de que a presença feminina nos bancos escolares é hoje uma realidade inegável, examinaremos em que condições ela vem se realizando. Dois fatos gerais poderão servir de introdução às nossas considerações. O primeiro deles é o de que, embora a escolarização da mulher tenda a crescer e ampliar-se, historicamente a trajetória da população feminina pelo sistema de ensino não é idêntica à de seus colegas do sexo masculino, resultando numa participação seletiva e desigualmente distribuída pelos diferentes graus e modalidades de cursos. Pelo censo de 1970, na população com mais de 10 anos, as pessoas que possuíam o curso primário completo dividiam-se equilibradamente entre os dois sexos. Todavia a proporção de mulheres com curso ginásial completo era inferior à dos homens, havendo a seguir inversão para o colegial (mais mulheres que homens com esse curso completo), e finalmente acentuadíssima predominância de homens com o superior completo (do total de pessoas com grau universitário as mulheres não chegavam a constituir 26%). Esses dados parecem evidenciar que a educação sistemática vem preparando as mulheres para assumirem predominantemente os postos médios da hierarquia sócio-ocupacional, ao passo que suas chances de chegarem aos postos mais valorizados — para os quais é necessário o preparo em curso superior — são consideravelmente reduzidas se comparadas às dos homens.

Essa tendência não se manifesta apenas entre os que já se encontram fora do sistema de ensino, mas é confirmada quando examinamos as matrículas atuais, indicando que tal padrão tende a se manter apesar da expansão quantitativa de matrículas para ambos os sexos. (Gráfico comparativo da distribuição do alunado por sexo nos anos de 1971, 1972 e 1973²). De ligeira predominância nas matrículas masculinas no primeiro grau, passa-se a acentuada predominância feminina no 2º grau, voltando novamente a diferença em favor dos rapazes, e muito acentuada, no superior e na pós graduação. (Gráfico 11).

Decorrem desses dados um segundo fato geral que gostaríamos de analisar. Pode-se supor que os mecanismos de seleção sócio-econômica responsáveis pela pirâmide de matrícula no nosso ensino, não somente operam de modo diferente para os dois sexos, mas que, no caso da mulher, são reforçados por obstáculos representados pelos valores associados ao papel subordinado que lhe reserva a cultura. Se o momento crucial de seleção do homem é a passagem do 1º para o 2º grau, provavelmente por ser ele obrigado a trabalhar, isso ocorre também com a mulher mas não de maneira tão acentuada, o que explica sua predominância quantitativa no 2º grau. Não encontrando alternativas de trabalho e não estando ainda em idade de casar, a jovem permanece na escola. Dados do PNAD parecem confirmar essa suposição³. Nas regiões menos desenvolvidas a taxa de escolarização da população feminina é maior que a taxa de escolarização da população masculina. Entre os já privilegiados que conseguem chegar ao ponto de candidatar-se ao ensino superior, parece haver, no caso específico da população feminina, obstáculos que impedem que ela seja igualmente representada nos cursos universitários. Tais obstáculos, além dos de ordem econômica que existem para ambos os sexos, serão provavelmente as baixas aspirações femininas, ou as pressões contrárias da cultura veiculadas pela família, os grupos de referência, e outras fontes. Acrescente-se ainda que quando a família dispõe de recursos limitados prefere investi-los no homem, cujo papel profissional é de importância decisiva, ao passo que para a mulher a ocupação remunerada tradicionalmente é vista como um seguro contra o mal pior que é o de não fazer um bom casamento. A influência conjunta de todos esses fatores provavelmente responde pelo fato da jovem "não querer" e não se empenhar o suficiente para prosseguir os estudos, ou pelo menos não tanto quanto os rapazes de sua igual condição social. Parece que nesse momento o destino ocupacional da mulher se define, pelo casamento ou por ocupações de nível médio, algumas delas, como o magistério primário, de mercado de trabalho mal distribuído, no qual nem sempre é fácil ingressar. É mister ressaltar o desperdício de recursos humanos que esse fenômeno acarreta, e o fato de que a escola não tem sido fonte de motivação suficientemente poderosa para neutralizar ou diminuir os efeitos dos padrões da cultura.

Creemos que um processo de orientação profissional conduzido de modo a incentivar as jovens para alimentarem aspirações mais ambiciosas, questionando ao mesmo tempo valores que já não são socialmente indiscutíveis, poderia contribuir para modificar essa tendência, ou pelo menos não a reforçaria. Há ainda uma outra alternativa pela qual a escola poderia propiciar a discussão dos valores culturais relativos ao papel do homem e da mulher num mundo em mudança como o nosso: abordando como áreas de estudos autônomas ou dentro de áreas afins, assuntos direta ou indiretamente relacionados com o problema. Tal seria o caso de unidades de conteúdo sobre a organização da família, as mudanças que estão ocorrendo no papel da mulher — e conseqüentemente no do homem — a educação sexual, a participação da mulher na vida econômica e social, a história da mulher brasileira — tópico praticamente desconhecido entre nós — e muitos outros. Creemos que tanto os meninos quanto as meninas seriam beneficiados pelo estudo e discussão desses assuntos, no sentido de entenderem melhor seu futuro papel e serem mais flexíveis que a atual geração, no desempenho dos mesmos. Outros países, como os EUA vem desenvolvendo com sucesso experiências nesse sentido.

Com tais considerações gerais em mente, seria interessante agora examinar com maior detalhe cada um dos graus de ensino, quantitativa e qualitativamente.

1.2. 1º Grau

Quantitativamente não existe discriminação contra a mulher no ensino de 1º grau. Pelo próprio caráter geral deste ensino é de se esperar que meninos e meninas nele estejam igualmente representados e recebam o mesmo tratamento. Há equilíbrio entre as matrículas dos dois sexos, no conjunto das séries que compõem o 1º grau tanto na zona rural quanto na urbana^{4, 5}. De um ponto de vista qualitativo, entretanto a escola de 1º grau reforça os estereótipos culturais sobre a mulher. Esse fato se manifesta de diferentes formas, três das quais merecem destaque.

Os textos e materiais didáticos utilizados contêm muitas vezes modelos femininos e masculinos que chegam a ser mais estereotipados do que a própria realidade. A mulher é sempre apresentada como dona de casa e mãe, como ser passivo e sem poder de decisão. Pouca ou nenhuma atenção se dá ao fato de que muitas mulheres são diferentes

dessa imagem tradicional, e de que tal imagem não é partilhada por muitas pessoas. Esse assunto, dada sua importância será analisado e ilustrado mais detalhadamente em outro momento desta exposição.

O segundo ponto refere-se aos currículos. Seria necessário voltar um pouco no tempo, para tentar traçar o quadro atual da organização do ensino de 1º grau. Antes da Lei 5692/71, as quatro últimas séries desse ensino eram organizadas separadamente, sob a denominação de ginásio que, em princípio, era de caráter geral. Todavia, na prática, apenas o ginásio secundário seguia uma orientação generalista, coexistindo com ele toda a rede do antigo ensino profissional, tanto sob a forma de cursos regulares quanto de cursos para-regulares do SENAI, SESI e instituições semelhantes. No ensino profissional existia então uma clara dicotomia entre cursos femininos e masculinos, com unidades escolares destinadas apenas a um dos sexos ou com currículos separados na mesma unidade. A divisão de cursos e currículos correspondia claramente aos estereótipos culturais associados ao papel de homem e mulher: Artes Industriais e Aprendizagem Industrial para meninos, Educação Doméstica, Corte e Costura, etc., para meninas. Talvez nem fosse necessário mencionar o quanto essa estereotipia sexual na orientação curricular limitava a futura decisão ocupacional das meninas, eliminando praticamente de seu universo de escolhas uma série de profissões técnicas estratégicas no processo de desenvolvimento econômico.

Após a Lei 5692/71, vem se tentando seguir a sadia orientação de unificar sob uma mesma organização curricular tanto a formação geral como as disciplinas de formação específica. Sabemos contudo que as práticas educativas mudam bem mais lentamente que as leis. O que parece estar ocorrendo na prática é a extensão das antigas disciplinas específicas do ginásio profissional para todas as escolas, englobadas num rótulo geral de "sondagem de aptidões". O risco de que os vícios da velha estrutura sejam incorporados à nova são grandes, e é bem possível que meninos e meninas continuem sendo separados. É descabido e sem fundamento o pressuposto de que, nessa faixa etária, as diferenças de sexo quanto a interesses e aptidões realmente sejam indicativas de uma futura decisão profissional. Muito provavelmente elas são fruto da influência precoce e portanto mais perigosa de imagens e modelos sexuais estereotipados.

A influência desses estereótipos sobre a escola não poderá ser anulada apenas através de medidas formais, mas precisará envolver uma ampla reflexão de todos os que são direta ou indiretamente interessados nas decisões educacionais. Informações e recomendações específicas que chamem a atenção para o processo de "sondagem de aptidões", preconizado pela Lei 5692/71, poderiam ajudar a promover tal reflexão. Tais recomendações deveriam, a nosso ver, enfatizar a necessidade de oferecer tanto às meninas como aos meninos, oportunidades de desenvolverem suas aptidões de acordo com seus interesses, mas principalmente, ressaltariam que é preciso questionar esses interesses sempre que eles se apresentem precocemente cristalizados segundo o sexo. Nesse sentido cremos ser útil sugerir uma completa equalização de experiências curriculares para as meninas e meninos em idade de 1º grau. Por outro lado os cursos de formação, capacitação e treinamento de pessoal de ensino — técnico e docente —, deveriam propiciar aos futuros educadores, oportunidades de tomarem consciência do papel que a escola tem e deveria ter como formadora dos interesses vocacionais de nossos futuros homens e mulheres. Esse trabalho junto aos futuros agentes do processo educativo teria que ser orientado para uma maior abertura no leque de alternativas a ser colocado diante dos alunos e para a necessidade de oferecer idênticas oportunidades a ambos os sexos para formação de novos interesses e aptidões bem como modificação dos já manifestos.

Finalmente o terceiro ponto sobre o qual chamamos a atenção refere-se à interação professor-aluno, adulto-criança, que ocorre no dia a dia da escola, e que é muitas vezes carregada de valores culturais relativos ao que é "adequado" e "bom" para meninos e meninas. Infelizmente não dispomos, no Brasil, de estudos sistemáticos a esse respeito, mas tão somente da vivência e observação de pessoas envolvidas no ensino e sensíveis ao problema. Estudos realizados nos EUA e na Europa, mostraram que o professor reforça e pune diferentemente aos meninos e meninas, na mesma direção dos estereótipos⁶. As meninas são reforçadas a serem mais passivas, motivo pelo qual são mais adaptadas à escola e preferidas pelos adultos. Os meninos interagem mais com o professor, chamam mais a atenção deste último e apresentam mais problemas de comportamentos. Professores tendem a preferir alunos obedientes e passivos — características vistas como femininas. Todavia, quando um menino e uma menina apresentam agressividade e rebeldia — comportamentos vistos como masculinos — a complacência para com o menino é maior que para com a menina. O mesmo pa-

drão vem sendo observado em nossas escolas o que talvez explique — por ironia — que a taxa de reprovação das meninas tanto no 1º grau quanto no 2º grau seja menor que a dos meninos'. Não gostaríamos que estas considerações adquirissem um tom incriminatório contra os professores, já tantas vezes responsabilizados por problemas que transcendem sua área de atuação e decisão. Tão somente pretendemos mostrar como, quase sempre inadvertidamente, a escola que corrobora padrões de comportamento já moldados no seio da família e da cultura em geral, da qual os professores — como nós — somos participantes. Como já mencionamos anteriormente, aos professores deveria ser dada oportunidade para tomar consciência e refletir sobre as falsas noções que povoam essa cultura.

1.3. 2º Grau

A problemática do ensino de segundo grau não é simples, e uma discussão da situação da mulher nesse ensino não pode ser dissociada de dois aspectos básicos. De um lado a crise de identidade que o 2º grau sofre no sistema educacional brasileiro, oscilando entre os objetivos propedêuticos de um lado e profissionalizantes de outro. Este problema constitui hoje objeto de análise não apenas dos legisladores como dos teóricos da educação e a quantidade de pareceres, normas e obras produzidas a respeito evidenciam seu caráter polêmico. De outro lado é preciso entender que embora o espírito da legislação atual insista no caráter único do ensino de 2º grau, na prática, agora como antes da Lei 5692/71, ele se desdobra por diferentes modalidades e ênfase curriculares.

Por causa dessa complexidade, e para não sobrecarregar com informações por demais volumosas esta exposição, tentaremos mostrar o que ocorre com a participação feminina a nível de 2º grau, em termos de dados e tendências gerais.

O caráter dualista do ensino colegial — propedêutico ou profissional — sempre correspondeu, entre nós, a uma estratificação econômica de sua clientela. Aos mais favorecidos reservava-se o secundário, caminho natural para a universidade, e aos de menores posses os cursos que conduziam diretamente ao mercado de trabalho.

Além dessa estratificação econômica, e somando-se a ela, a clientela do 2º grau foi, e continua sendo, estratificada por sexo, concentrando-se as mulheres no ensino profissional, principalmente o normal.

Para se ter uma idéia da distribuição seletiva das mulheres pelos diferentes tipos de curso desse grau gostaríamos de citar alguns dados que falam por si mesmos⁸. Entre os anos de 1955 a 1970 as moças constituíram, em média, apenas um terço dos concluintes do colegial secundário — que conduzem para o ensino superior — mas entre os normalistas elas foram maioria absoluta: mais de 90% em todos os anos desse período. Há mais mulheres no normal do que nos demais cursos de 2º grau em seu conjunto. Ora, dada a forma como está organizado nosso ensino superior e o grau de concorrência nos exames vestibulares — tanto maior quanto mais prestigiosas as carreiras para as quais conduzem — é claro que este grande contingente de normalistas tem suas opções limitadas no ingresso à universidade. Não estão elas em igual condição com os egressos de cursos acadêmicos, especialmente os científicos.

Nos mesmos anos de 1955 a 1970 um, entre dez concluintes dos cursos industriais era mulher, o mesmo ocorrendo com os cursos agrícolas, aumentando um pouco a representação feminina entre os egressos de cursos comerciais, cerca de um terço. Portanto, nas profissões técnicas de mercado de trabalho mais promissor, as mulheres são minoria.

A estratificação se faz sentir qualquer que seja o ângulo sob o qual se analise a questão: considerando o colegial como um todo as mulheres concentram-se no normal; aquelas matriculadas no secundário são sub representadas na modalidade científica e predominam na modalidade clássica — o que implica, no mesmo padrão de estratificação nos cursos superiores; no ensino comercial sua presença é maciça nos cursos de secretariado e muito menor nos de administração e contabilidade; na área agrícola concentram-se todas nos cursos de educação doméstica rural.

Dados mais recentes do ano de 1974⁹, revelam pouca alteração nesse padrão. As mulheres continuam a ser mais de 90% do total de matriculados no normal — atualmente denominado área de educação. Aumentos observados nas porcentagens de mulheres em outras áreas de profissionalização, além de tímidos, devem ser encarados com cautela. Na medida em que a nova legislação tornou profissionalizante todo o ensino de 2º grau, muitas escolas tiveram que acrescentar aos seus antigos currículos disciplinas de formação específica. Desse modo aumentou muito a representação dos cursos técnicos no conjunto do

ensino colegial. Na prática contudo, esses novos cursos não estão ainda equipados e preparados para uma preparação profissional efetiva, e em muitos casos não respondem a necessidades reais do mercado de trabalho¹⁰.

Em conclusão pode-se afirmar que a superioridade numérica das mulheres no 2º grau, longe de indicar uma vantagem, apenas reforça o argumento de que as condições dos dois sexos não são iguais. Para grande parte dessas moças, este é o fim da carreira educacional, da qual saem com um diploma de professora primária para um mercado de trabalho já saturado em várias regiões do país. Poucas terão chance de ingressar no mundo do trabalho da indústria ou das profissões agrícolas do tipo técnico. Algumas terão como alternativa cargos subalternos na hierarquia das instituições como é o caso das secretárias, auxiliares de enfermagem, laboratoristas, e outras. E finalmente, mesmo para aquelas economicamente privilegiadas ou excepcionalmente dotadas que conseguirem sobreviver a tantos mecanismos seletivos e chegar às portas da universidade, algumas carreiras serão muito mais difíceis que outras. Para constatar isso basta examinarmos como é exígua a representação feminina em alguns cursos superiores, especialmente os mais valorizados. É o que faremos mais adiante, quando falarmos sobre a universidade. Antes porém é preciso deixar clara a necessidade de abolir quaisquer entraves no acesso da mulher às diferentes modalidades curriculares do ensino de 2º grau. Alguns desses entraves são ostensivos: há escolas agrícolas e industriais que não aceitam ou dificultam a matrícula de mulheres por exemplo. Outros são mais sutis, muitos deles mascarados sob a "falta de interesse" das moças por determinados cursos. É preciso não apenas informá-las de todas as alternativas existentes como também incentivá-las a escolher áreas não tradicionalmente femininas, tanto as profissionais — industriais e agrícolas —, como as científicas preparatórias para a universidade.

1.4. O Sistema Paralelo de Formação Profissional

Além do preparo profissional oferecido pelo sistema de ensino formal brasileiro, existe um sistema paralelo de formação de mão de obra que inclui ao nível nacional entidades como o SENAI (Serviço Nacional da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra), LBA (Legião Brasileira de Assistência), SESI (Serviço Social da Indústria) e SESC (Serviço Social do Comércio).

A formação profissional oferecida por essas entidades se faz de acordo com a orientação do Ministério do Trabalho segundo a qual não existe política específica sobre a formação profissional da mulher, estando a promoção do trabalho feminino vinculada à política de desenvolvimento do trabalhador brasileiro em geral.

Para a análise da qualificação profissional da mulher nesse sistema paralelo não se dispõe de dados a nível nacional pois nenhuma das entidades de formação profissional no Brasil publica estatísticas discriminadas por sexo. Entre elas existem aquelas que se dedicam à formação profissional propriamente dita, tais como SENAI, SENAC, PIPMO e outras que se ocupam da formação social do trabalhador e de sua família como o SESI e SECS. Os cursos oferecidos por esse segundo grupo de entidades não tem caráter profissional e ligam-se ao ensino de atividades relacionadas ao ambiente doméstico, possibilitando um ganho que permite auxiliar o equilíbrio do orçamento familiar. Existem organismos que atuam tanto nesta área quanto na de qualificação profissional, como é o caso da LBA, que mantém a maioria de seus cursos em caráter profissionalizante.

Os únicos dados quantificados de que dispomos para análise da situação da mulher neste setor são os contidos em publicação do Ministério do Trabalho (¹¹), sobre pesquisa realizada no Município do Rio de Janeiro. Apesar de não fornecer dados sobre a formação no setor primário, a amostra parece poder ser considerada como representativa das diferentes opções de ensino profissional nas diversas outras áreas existentes no país.

A participação feminina nos cursos das entidades que proporcionam os chamados Cursos Domésticos e de Valorização Social é maciça.

A respeito dessa categoria de cursos vale dizer que não capacitando as mulheres para uma integração efetiva no mercado de trabalho, habilitando-as apenas para uma participação marginal, elas na verdade estariam oferecendo poucas oportunidades para a promoção do alegado bem estar da clientela atendida, conseguido somente com um efetivo aumento de sua renda, principal fonte de bem estar.

A análise do tipo de preparo oferecido às mulheres no Município do Rio de Janeiro pelas entidades que promovem a qualificação profissional propriamente dita leva a constatar que essa formação vem reforçar sua posição secundária no mercado de trabalho.

Tal como no sistema de ensino formal, as mulheres são encontradas em cursos que conduzem a ocupações tidas e reconhecidas como femininas. Assim, os cursos onde aparecem mais mulheres são os de serviços de escritório, seguidos pelos de higiene e beleza, ocupações ligadas ao setor terciário em expansão em que é alta a participação feminina no mercado profissional. Quando frequenta cursos ligados ao setor industrial, a mulher também aí aparece ligada a ocupações tradicionais como as de costureira, tecelã ou de trabalhadora nas indústrias alimentícias, ou seja, ocupações relativas à produção de bens de consumo, de menor qualificação na estrutura ocupacional.

De acordo com as diferentes modalidades de preparo profissional proporcionadas por essas entidades, as quais são previstas por lei em termos de aprendizagem, qualificação, aperfeiçoamento, especialização, formação e treinamento, mais da metade das mulheres se concentra nos programas de qualificação. Tais programas visam à qualificação de trabalhadores menores ou adultos em ocupações destinadas ao atendimento das necessidades imediatas de mão de obra da empresa. Nesses programas a maioria dos cursos frequentados por mulheres acha-se ligada ao SENAC (60,5%) sendo portanto o preparo por elas recebido destinado predominantemente ao setor de serviços.

No quadro geral das entidades que proporcionam preparo profissional afigura-se o SENAC com 58% das matrículas femininas, nos períodos de 1973 a 1975, como principal responsável pela formação da mulher, ainda que não assuma a mesma importância que o SENAI (70,5% das matrículas masculinas) na formação dos homens.

Na pesquisa a cujos dados nos reportamos até aqui foram ainda realizadas entrevistas junto a 14 entidades ligadas à formação profissional no Rio de Janeiro. Verificou-se que não há um planejamento da participação da mulher nos programas de formação profissional, não tendo sido encontrada em nenhuma das entidades alguma diretriz que oriente suas atividades nesse sentido. A orientação vocacional, quando existe, é dada a ambos os sexos mediante a aplicação de testes que possibilitam o encaminhamento de candidatos na escolha dos cursos, encaminhamento esse — ressalve-se ainda — muito sujeito ao próprio viés de interpretação dos aconselhadores!

Apesar de afirmarem não haver impedimento ao acesso das mulheres a qualquer de seus cursos, as entidades admitem, não obstante, a existência de restrições de ordem geral que dificultam a participação da mulher na formação profissional. Alegam que essas restrições refletem as próprias condições do mercado de trabalho, que discrimina o trabalho feminino.

Além dessa dificuldade básica para a profissionalização da mulher, outras mais específicas são apontadas tais como: — a natureza da mulher que a tornaria mais apta para algumas ocupações do que para outras; a existência de normas tradicionais; a falta de interesse das próprias moças; o fato de certos cursos estarem estruturados somente para atender aos homens; o fato de nossas empresas pouco desenvolvidas ainda, demandarem muita força física, e além disso, a restrição às vagas para os homens que resultaria da abertura de novas oportunidades para as moças. Pesariam ainda dificuldades postas pelas empresas em relação ao sistema de rodízio na produção e a admissão de mulheres casadas.

Todos esses argumentos são uma amostra de prevalescência de preconceitos arraigados, não só nas pessoas, mas nas próprias estruturas do ensino, que contribuem para manter, sob a capa de uma aparente igualdade entre os sexos, uma profunda discriminação que resulta na manutenção da condição de inferioridade da mulher.

1.5. Ensino Superior

O ensino superior brasileiro cresceu a taxas extraordinárias na última década, passando de 100.000 alunos em 1961 para mais de 500.000 em 71¹². O ritmo de expansão foi entretanto diferente segundo os cursos e as entidades mantenedoras. Em termos de matrícula total o aumento foi significativamente maior no ensino privado do que no público. As áreas de Ciências Humanas, Letras e Filosofia, Ciências Biológicas e Exatas e Educação Física, aumentaram muito mais do que as carreiras de Medicina, Engenharia, Odontologia e Enfermagem, por exemplo.

Dentro desse crescimento global do ensino superior o aumento da participação da mulher foi marcante: de 26% do total de alunos em 1956 ela passou a constituir 40%, 15 anos depois. Essa proporção de matrículas femininas na universidade coloca o Brasil em melhor situação que a maioria dos países em desenvolvimento e equipara-nos a muitos dos países adiantados (Anuário Estatístico da UNESCO). O aumento das matrículas femininas, contudo, longe de fugir ao padrão estratificado por sexo, em muitos casos concentrou ainda mais as mulheres em áreas "femininas" e os homens em áreas "masculinas". Para citar um exemplo bem característico: as Engenharias continuam com apenas 3% de mulheres, proporção já existente antes de 1960.

De modo geral pode-se dizer que, quanto mais as mulheres ingressam nas nossas universidades tanto maior a probabilidade de que elas se tornarão professoras. É o que o gráfico mostra: tomando-se o total de matrículas femininas em 1956, 34% delas estavam nas áreas de Letras, Ciências Humanas, Educação e Filosofia, e em 1971 essa proporção aumentou para 50%. Esses cursos apesar de teoricamente terem objetivos amplos, na prática limitam-se a preparar para o magistério. Do mesmo modo que as Humanidades, as Ciências Exatas e Biológicas apresentaram aumento das matrículas femininas. Trata-se ainda uma vez de cursos preponderantemente formadores de quadros docentes para o ensino de 1º e 2º grau, embora considere-se esse aumento auspicioso, pois as áreas de ciências exatas sempre foram vistas como impróprias para as mulheres em virtude do mito segundo o qual elas seriam mais intuitivas e mais propícias para lidar com as questões humanas. Esperamos que essas futuras professoras possam ajudar a quebrar tabus e a apresentem-se como novos modelos às suas alunas.

O magistério secundário passa portanto por um processo provavelmente decorrente de vários fatores. Em 1º lugar a crescente perda de prestígio dessa profissão em virtude da popularização da escola de 1º e 2º grau numa cultura que ainda valoriza o elitismo e o privilégio. Uma profissão que perde prestígio é abandonada pelos que possuem outras opções. Como o mercado de trabalho para o homem com diploma universitário é mais diversificado, as mulheres passaram a procurar cada vez mais os lugares antes ocupados por ele no ensino médio. Por outro lado a concentração das matrículas femininas nos cursos que preparam para o magistério está ligada à maior expansão desses cursos motivada por seu custo relativamente baixo que permite aumentar a oferta de vagas com pequeno empate de capital. Tal fato é particularmente verdadeiro no que se refere às áreas de Humanidades.

Fora da área do magistério, o padrão de divisão por sexo dos vários cursos superiores é também bastante nítido. O grande reduto da "masculinidade" é constituído pela Engenharia que no período de 1956 a 1971 possuía, em média, menos de 3% de mulheres entre seus alunos, seguida de perto pela Agronomia e Veterinária - 5% e 8% respectivamente para o mesmo período. Por outro lado o curso de Enfermagem, no período considerado, teve as matrículas femininas nunca inferiores a 95%, e a carreira de Serviço Social, que em 1956 já era bastante feminino (77% de mulheres), em 1971 apresentava 95%. Em algumas carreiras como Arquitetura, Odontologia e Farmácia os dados indicam que a tendência é a de um relativo equilíbrio entre os sexos, mas

em outras, como Economia, Medicina e Direito, o aumento verificado no número de mulheres — embora significativo — não foi suficiente para que elas chegassem a constituir um quarto do total de alunos.

Estamos portanto ainda longe de poder falar em igualdade de condições, mesmo entre aqueles que conseguiram chegar ao topo da pirâmide educacional. Às mulheres reservam-se principalmente as carreiras do magistério, ou aquelas de caráter assistencial como o Serviço Social e a Enfermagem, ou ainda aquelas que por sua natureza se identificariam mais com papéis femininos tradicionais como a Higiene e Nutrição, Educação Sanitária e Economia Doméstica. Além disso a probabilidade de que a mulher esteja realizando um curso superior de caráter verbalista e bacharelesco, em escola particular, é maior que a do homem. De um modo geral quando o prestígio e as perspectivas salariais de uma carreira são promissores, as mulheres nela matriculadas são minoria. Por outro lado carreiras tipicamente femininas são quase sempre as de salários menores que o de outras equivalentes em termos de anos de escolarização, além de muitas vezes apresentarem uma desordenada expansão de matrículas.

Os mecanismos econômicos que pressionam para baixo carreiras procuradas por mulheres, como é o caso do magistério, mereciam estudo cuidadoso que possibilitasse planejar melhor o oferecimento de vagas na universidade e ao mesmo tempo reorientar as escolhas profissionais das jovens. A questão todavia transcende os aspectos econômicos, pois os EUA e muitos dos países desenvolvidos da Europa apresentam distorções semelhantes na distribuição dos sexos pelos diferentes currículos universitários, e na remuneração de carreiras masculinas e femininas. Reforçando e servindo de justificativa para essas distorções existe a poderosa ideologia em torno da imagem da mulher na cultura ocidental. É verdade que essa ideologia está sendo posta em questão, e a existência mesma desta Comissão Parlamentar de Inquerito constitui uma evidência desse fato. Todavia ela é ainda extremamente poderosa para influenciar o comportamento das pessoas; sua modificação é um processo que tomará muitas gerações. Aos nossos jovens universitários e futuros universitários caberia importante papel nesse processo.

Toda a problemática que estamos levando nesta exposição poderia — de uma forma ou outra — ser incorporada nos currículos de cursos superiores. Os Estudos de Problemas Brasileiros são nesse sentido muito adequados como oportunidade para se conhecer e discutir

a realidade da vida de metade da população de nosso país. Uma sugestão nesse mesmo sentido é a de que existisse uma preocupação sistêmica em tornar a mulher visível nas diferentes áreas de conhecimentos tais como a História, a Geografia Humana, a Antropologia e outras áreas das ciências humanas. Seria importante também destacar e investigar a contribuição que a mulher tem dado, mesmo em atividades não tradicionais, sempre que ela tem tido oportunidade para isso: no mundo dos negócios, na área de saúde, e até mesmo, por que não, na Engenharia. Esses assuntos são ainda pouco explorados e os órgãos que orientam e financiam a pesquisa universitária deveriam incentivar estudos objetivando conhecer melhor nossas mulheres, profissionais ou não: suas características; suas dificuldades; as concepções que possuem de seu próprio papel e que muitas vezes fazem com que os grandes obstáculos para sua realização sejam as atitudes e crenças que adquiriram durante a socialização; sua participação no mundo do trabalho e na comunidade social em sentido mais amplo.

Creemos que a universidade teria uma contribuição importante a dar tanto na produção de conhecimento objetivo sobre a situação da mulher no Brasil como na formação de uma concepção mais aberta e mais despida de preconceitos, entre sua clientela de alunos. Essa clientela — elite educada de uma população para a qual o acesso à universidade ainda não é igualmente assegurado a todos — poderia desempenhar o papel de agente inovador e crítico de valores culturais que já não respondem às necessidades de um país que se moderniza e que necessita mobilizar seus recursos humanos para a tarefa de construir uma sociedade mais justa.

2. A MULHER ENQUANTO EDUCADORA

Historicamente o magistério primário tem sido colocado, não só entre nós, mas também nos países Europeus e nos EUA, como uma atividade adequada ao desempenho profissional da mulher. Como extensão do cuidado com as crianças que corre por sua conta em casa, ele é tido como tarefa para a qual a natureza teria dotado a mulher de qualidades especiais.

Desde a criação das primeiras escolas normais no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, cogitou-se da preparação da mulher para esse fim e ela se desincumbiu da função de mestre-escola ao lado do homem, no início do processo de profissionalização do magistério.

Cedo porém a atividade passou a ser predominantemente feminina como atesta a crescente procura pelas escolas normais da parte das mulheres e o decrescente interesse dos homens pela ocupação, já no fim do império.

Como ocupação feminina o magistério primário tem se constituído numa oportunidade de profissionalização da mulher que alcança percentagens significativas ao nível nacional.

Mecanismos estruturais e ideológicos têm contribuído para a manutenção do magistério primário como uma profissão eminentemente feminina. Ao mesmo tempo em que ele oferece à mulher a possibilidade de conciliar o desempenho de seus papéis domésticos com o exercício de uma profissão que não lhe toma mais do que 4 horas diárias e ainda lhe garante 3 meses de férias por ano, representa a ocupação de um lugar no mercado de trabalho que é mais mal remunerado do que os que exigem igual nível de escolaridade e que são reservados aos homens na sua maioria.

Em função da vinculação da atividade com a condição sócio-econômica dessas profissionais, seu salário é encarado sobretudo como um ganho suplementar à renda da família, que permite arcar com as despesas de representação exigidas pela classe média — e daí a justificativa implícita dele não ser mais bem pago do que é! Nas últimas décadas, contudo, o magistério primário tem se constituído também numa oportunidade de profissionalização de mulheres provenientes dos estratos superiores das camadas populares. Esse fato porém, ao invés de contribuir para o aumento dos níveis de salário que passariam a ter uma importância crescente no orçamento familiar, tem servido como mecanismo de pressão dos salários para baixo, dada a saturação do mercado de trabalho.

No Estado de São Paulo, por exemplo, desde há muitos anos há milhares de professores primários sem emprego. Nos anos de 1963 a 1965 a relação candidato/vaga aos concursos de ingresso ao magistério promovidos pela Secretaria da Educação foi a de respectivamente 2, 3 e 4 candidatos para cada cargo de professor.

Mais recentemente, em 1976, a prefeitura do Município de São Paulo promoveu um concurso para ingresso de professores primários para o qual se apresentaram 16 candidatos para cada vaga, sendo, entre esses candidatos, 15 mulheres.

Ainda em relação a este ramo de ensino, o sociólogo Luis Pereira¹³ mostrou que em 1961 a participação da mulher decrescia no sistema de ensino oficial do Estado de São Paulo, na medida em que se ascendia aos cargos de direção e supervisão, que demandavam maior remuneração, maior prestígio e também maior número de horas de serviço. Assim, os cargos de professor primário eram ocupados na maioria absoluta por mulheres; de diretor de grupo escolar, por pouco mais de 1/4 de mulheres; de inspetor escolar, por cerca de 6%, e, finalmente, de delegado de ensino, por 2% de pessoas do sexo feminino.

Examinemos agora a participação da mulher no magistério dos outros graus do ensino, de acordo com os dados do gráfico 12.

A gradativa diminuição da participação feminina nas atividades docentes parece contradizer a ideologia que proclama a adequação do magistério à natureza mesma da mulher. Outra vez, à medida em que o desempenho profissional exige preparo mais rigoroso, e as perspectivas de prestígio e remuneração são mais promissoras, a mulher retira-se subrepticiamente das regras do jogo, cedendo lugar ao homem. Dele, não obstante, ninguém cogita de proclamar a vocação natural de educador...

O magistério de ensino médio, tem sido a conquista mais recente do grupo profissional feminino como já mencionamos ao abordar o ensino superior.

Entretanto, tal como no ensino primário, um fenômeno semelhante de saturação do mercado de trabalho em áreas mais desenvolvidas e mais populosas tem ocorrido nos últimos anos. Os jornais, por exemplo, têm sido pródigos em noticiar as imensas filas de professores licenciados no início do ano letivo à porta de colégios estaduais, competindo por exíguo número de aulas na cidade de São Paulo. Os concursos de ingresso ao magistério público realizados esporadicamente ostentam também uma relação candidato/vagas bem pouco animadora para quem deseja optar pela carreira.

No ensino superior, topo da pirâmide de prestígio do magistério, a participação feminina ostenta a modesta taxa de 23% em 1973. Na pós-graduação a proporção de mulheres torna-se ainda mais reduzida: as professoras representam apenas 15% do corpo docente dos cursos de mestrado e 9% dos professores dos cursos de doutorado¹⁴.

O estudo feito por nossa colega presente, Carmen Barroso¹⁵, sobre a participação da mulher na hierarquia de postos universitários confirma ainda, e mais uma vez, a regularidade com que ocorre o fato de que quanto maior o posto, menor a proporção de mulheres que o ocupam. Segundo suas próprias palavras "a porcentagem de mulheres entre professores que possuem determinada qualidade varia muito entre os diversos ramos de ensino; no entanto, dentro de cada ramo, essa porcentagem é sempre menor que a de professoras em postos mais baixos". Assim sendo, o número de professoras titulares é, por exemplo, sempre menor do que o de professoras adjuntas ou assistentes.

Esse estudo mostrou também que a porcentagem de mulheres é menor no regime de dedicação típico de cada área. Quando o homem prefere optar por regime de tempo parcial em determinadas áreas do ensino porque tem oportunidade de exercer atividades mais lucrativas fora da universidade, nessas áreas as mulheres são relativamente menos numerosas no quadro de tempo parcial. Esse é, por exemplo o caso da Medicina. No caso de áreas em que as alternativas de emprego atraentes são mais limitadas, como nos ramos da Filosofia, e os homens optam mais freqüentemente pelo regime de tempo integral, as mulheres escolhem em porcentagem menor esse mesmo regime de dedicação.

Outro aspecto da discriminação da mulher no magistério de nível superior abordado pelo estudo é aquele que diz respeito à sua participação, em desigualdade de proporções, em instituições que divergem quanto ao grau de prestígio, nível de excelência e padrão de remuneração. A comparação dos dados agregados existentes para o Brasil e as taxas relativas à Universidade de São Paulo — uma das instituições de maior prestígio do país — indica ser a participação feminina na USP muito menor do que no ensino superior brasileiro tomado como um todo. Isso está a sugerir que as mulheres provavelmente não estão igualmente representadas nas diferentes instituições e tendem a se concentrar naquelas que oferecem menores vantagens.

Dissemos e repetimos que a situação da mulher no sistema de educação formal refletiu uma ideologia mais ampla e arraigada em nossa cultura. É então importante examinar como ela é veiculada informalmente pelos diferentes canais de influência social. É o que fará Fúlvia Rosenberg.

REFERÊNCIAS

- ¹ BRASIL. Fundação IBGE. Diretoria Técnica. Censo Demográfico - Brasil; VIII Recenseamento Geral - 1970. Rio de Janeiro, 1973, 229p. (Ser. Nacional, 1).
- ² BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Estatísticas da Educação Nacional 1971-1973. Rio de Janeiro, 1974. Pag. 37. (Estatísticas da Educação Nacional, 2).
- ³ BRASIL. Fundação IBGE. Diretoria Técnica. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. População. Mão de Obra. Salário. Instrução. Domicílio. 4º Trimestre de 1973. Rio de Janeiro, 1975, 383p.
- ⁴ Op. cit. ². Pags. 52 e 53.
- ⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino Primário 1972. Rio de Janeiro, 1973, Pags. 225 a 284.
- ⁶ Veja-se a respeito dos estudos no exterior: Rosenberg, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 15: 78-85, Dez/1975.
- ⁷ ROSENBERG, Fúlvia. Op. cit.⁶.
- ⁸ Os dados de conclusão de cursos de 2º grau anteriores a 1974 foram retirados de: BARROSO, Carmen L. de M. e MELLO, Guiomar N. de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº 15: 47-77, Dez/1975.
- ⁹ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Sinopse Estatística do Ensino de 2º grau - 1974. Rio de Janeiro, 1976. Pags. 48 - 91.

- ¹⁰ Veja-se neste sentido: BRASIL. Ministério do Trabalho. Formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil. Convênio MTb/SENAI/SENAC. Rio de Janeiro, SENAI/DN. 1976, 393p.
- ¹¹ BRASIL, Ministério do Trabalho, op. cit.¹⁰.
- ¹² Todos os dados relativos ao ensino superior foram retirados de: BARROSO, Carmen L. de M. e MELLO, Guiomar N. de, op. cit.⁸.
- ¹³ PEREIRA. Luis. O magistério primário numa Sociedade de Classes. São Paulo, Pioneira, 1969.
- ¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensino Superior, 1973. Rio de Janeiro, 1973.
- ¹⁵ BARROSO, C. L. de M. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. Separata da revista. Ciência e Cultura, São Paulo, vol. 27(6): 613-620, Junho, 1975.